



## **Françoise Choay: proposições sobre a autenticidade**

***Françoise Choay: propositions about authenticity***

***Françoise Choay: proposiciones sobre la autenticidad***

KUHL, Beatriz Mugayar

Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-graduação na área de História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, São Paulo, Brasil.

bmk@usp.br

ORCID:0000-0003-4290-1934

Recebido em 04/07/2023 Aceito em 06/09/2023



## Resumo

Este texto aborda as proposições de Choay sobre a autenticidade, a partir de seu escrito publicado em 1995. Este artigo tem por intuito pontuar alguns temas, e não os esgotar, direcionando-os mais explicitamente para o campo disciplinar do restauro. Para tanto, primeiramente, são abordados aspectos de como a autenticidade foi entendida na Carta de Veneza e as dúvidas que gerou. Depois, são examinadas as noções de monumento e monumento histórico e suas relações com as visões culturais do tempo. A seguir, centra-se sobre aspectos das proposições de Choay sobre autenticidade, evidenciando a necessidade de análise rigorosa e crítica para enfrentar as questões. Evidencia-se a visão da autora de que a função memorial, a memória viva, deve também ser mobilizada para os monumentos históricos, para que não haja perda da competência de edificar, de estruturar a paisagem e de habitar no espaço e no tempo. Por fim, são apresentadas considerações de como essa discussão pode contribuir para a reflexão atual sobre a restauração.

**Palavras-Chave:** Françoise Choay, autenticidade, monumento, monumento histórico, restauração, Carta de Veneza.

## Abstract

*This text addresses Choay's propositions on authenticity, based on her writing of 1995. This article aims to point out some themes, and not exhaust them, directing them more explicitly to the disciplinary field of restoration. To do so, firstly, aspects of how authenticity was understood in the Venice Charter and the doubts it generated are addressed. Afterwards, the notions of monument and historic monument and their relations with the cultural visions of time are examined. Next, it focuses on aspects of Choay's propositions about authenticity, highlighting the need for rigorous and critical analysis to face the issues. The article also emphasizes the author's view that the memorial function, the living memory, must also be mobilized for historic monuments, in order to maintain our competence to build, to structure the landscape and to inhabit space and time. Finally, it analyzes how this discussion contributes to the current reflection on restoration.*

**Key-Words:** Françoise Choay, authenticity, monument, historic monument, restoration, Venice Charter.

## Resumen

*Este texto aborda las propuestas de Choay sobre la autenticidad, a partir de su escrito publicado en 1995. Este artículo pretende señalar algunos temas, y no agotarlos, orientándolos más explícitamente al campo disciplinar de la restauración. Para ello, en primer lugar, se abordan aspectos de cómo se entendió el tema de la autenticidad en la Carta de Venecia y las dudas que generó. Posteriormente se examinan las nociones de monumento y monumento histórico y sus relaciones con las visiones culturales de tiempo. A continuación, se enfocan aspectos de las proposiciones de Choay sobre la autenticidad, destacando la necesidad de un análisis riguroso y crítico para enfrentar las cuestiones. Se enfatiza la visión de la autora de que la función memorial, la memoria viva, debe movilizarse también para los monumentos históricos, para no haber pérdida de la competencia para construir, para estructurar el paisaje y para habitar el espacio y el tiempo. Finalmente, analiza cómo esta discusión contribuye a la reflexión actual sobre la restauración.*

**Palabras clave:** Françoise Choay, autenticidad, monumento, monumento histórico, restauración, Carta de Venecia.



## 1. Introdução

A relevante produção científica de Françoise Choay – que se estende num arco temporal de mais de sete décadas e abrange âmbitos como o do urbanismo, da arquitetura e da preservação – é caracterizada pelo rigor na abordagem das questões, pelo tratamento crítico das fontes e por análises agudas. Essas características repercutiram também nas suas atividades de ensino – e no incentivo a analisar não apenas a fortuna crítica de certos temas, mas a enfrentar diretamente as fontes primárias<sup>1</sup> – e também em sua relevante atividade na divulgação do pensamento de diversos autores. Lembre-se que ela esteve envolvida, por exemplo, com a edição em francês de Alois Riegl e Gustavo Giovannoni,<sup>2</sup> além da organização dos textos presentes em seu livro *Patrimônio em questão*, cujo subtítulo “Antologia para um combate” não pode ser tomado de modo ligeiro. O seu relevante papel e abrangência internacional podem ser percebidos pelas diversas traduções de seus livros e por números monográficos de revistas a ela dedicados como este da *Paranoá* e o da *Conversaciones* do Instituto Nacional de Antropología e Historia do México (MAGAR, 2020).

No denso universo da produção científica de Choay a respeito de temas patrimoniais, escolheu-se, neste artigo, elaborar considerações a partir de suas proposições sobre a autenticidade (CHOAY, 1995). O intuito não é esgotar o tema nem o texto da autora, mas pontuar algumas das questões levantadas, que merecem ser evidenciadas por continuarem muito atuais e lançarem luzes precisas aos problemas que precisam ser enfrentados de modo fundamentado.

Autenticidade é palavra-chave nas discussões sobre preservação do patrimônio cultural; aparece na Carta de Veneza, de 1964, que foi assumida como documento-base quando da criação do International Council on Monuments and Sites (Icomos), em 1965, e desempenha papel central nos critérios da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) para o Patrimônio Mundial. Mas qual o seu significado para a preservação de bens culturais? É notório que as palavras assumem sentidos diversos com o decorrer do tempo, mudam de um contexto cultural para outro e têm acepções distintas dependendo do campo disciplinar, algo evidenciado por Choay (1995). Mas, num mesmo campo e num mesmo presente histórico, as palavras deveriam ter, ou pelo menos deveriam almejar ter, um significado preciso para possibilitar que pessoas relacionem conceitos a palavras e para que construam frases que os interlocutores entendam de maneira similar. Isso não ocorre em relação à palavra autenticidade e Choay explicita as causas do problema de maneira exemplar.

Paul Philippot, em evento comemorativo à Carta de Veneza, organizado pelo Icomos-Wallonie (1994, p. 74), no qual as propostas de Choay foram muito debatidas, evidenciava que, no trato dos bens culturais, “autenticidade” virou palavra que é equivocadamente usada para qualquer finalidade e advogou uma conceituação fundamentada do termo. Foi isso que Choay (1995) fez em seu texto para a Conferência de Nara sobre a autenticidade, de 1994, promovida pela Unesco, pelo International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (Iccrom) e pelo Icomos. Choay lança luzes sobre os problemas, limites e perspectivas, sem recorrer a saídas fáceis. Seu texto está na contramão de muito do que se debate sobre o tema, justamente por mostrar as contradições e conflitos relacionados ao uso do termo que, para ser usado de modo adequado, deveria ser articulado com outros conceitos. Exatamente o oposto do que por vezes é feito, em que se busca um uso polissêmico da palavra autenticidade, que chega até mesmo a encampar um dado sentido e seu oposto. Esse tipo de atitude coloca uma série de problemas, inclusive deontológicos, pois como

---

<sup>1</sup> A autora foi aluna de Choay no Raymond Lemaire Center for Conservation, Katholieke Universiteit Leuven, Bélgica, no qual Choay foi professora por décadas. Em seu módulo sobre o significado cultural do patrimônio e filosofia da salvaguarda, ela analisava conscienciosamente diversos autores, em especial os do século XIX em diante, mas sem deixar de apontar a longa ascendência do tema, remetendo à apostila com compilação de textos. O exemplo de Choay, professora rigorosa e atenta no tratamento das fontes, repercutiu em toda a minha carreira, inclusive na atividade de tradução de textos essenciais do restauro.

<sup>2</sup> O livro de Riegl foi publicado nas Éditions du Seuil em uma coleção, *Espacements*, dirigida por Choay. Ela escreveu a introdução de ambos os volumes (CHOAY, 1984; CHOAY, 1998).



admoestou Philippot (1994), a palavra autenticidade virou salvo-conduto para qualquer coisa.

O uso problemático da palavra repercute, inclusive, nos critérios da Unesco para o Patrimônio Mundial que, ao não circunscrever seu emprego de maneira precisa, possibilitou que as contradições se amplificassem. A Unesco centra a inscrição na lista do Patrimônio Mundial no valor universal excepcional e em critérios de integridade e autenticidade,<sup>3</sup> este último engloba coisas díspares como, por exemplo, autenticidade de “materiais e substância” e de “espírito e sensação”. Note-se que temas como materiais, substância, espírito e sensação são relevantes para as questões patrimoniais. O problema é associá-los à palavra autenticidade, sem que esse termo tenha uma definição unívoca no campo. Para tanto, é necessário, como fez Choay, elaborar uma crítica epistemológica consistente. Ao desviar do enfrentamento do problema, temas que deveriam qualificar a discussão acabam virando subterfúgio. Ao não elaborar a crítica epistemológica e a base teórica para trabalhar com as questões envolvidas, abre-se uma brecha para que – num mesmo campo disciplinar, num mesmo presente histórico e num mesmo ambiente cultural – qualquer coisa, inclusive antitéticas, sejam classificadas como autênticas dependendo da construção do discurso.

O intuito deste texto não é esgotar essa discussão extremamente complexa, mas pontuar alguns temas a partir de Choay, direcionando-os explicitamente para o campo disciplinar do restauro. Primeiramente, este artigo aborda aspectos de como a autenticidade foi entendida na Carta de Veneza e as dúvidas que gerou. Depois, trabalha, com as noções de monumento e monumento histórico e suas relações com as noções culturais do tempo. A seguir, centra-se em aspectos das proposições de Choay sobre autenticidade, evidenciando a necessidade de análise rigorosa para enfrentar as questões. Por fim, discute como essa discussão contribui para a reflexão atual sobre a restauração.

## 2. A Carta de Veneza e a autenticidade

A Carta de Veneza<sup>4</sup> é documento resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, que foi assumida como documento-base quando da criação do Icomos, em 1965. Ela é destinada a guiar ações em “monumentos históricos”. Choay (1984; 1995; 2011) trabalhou insistentemente sobre a diferenciação evidenciada por Alois Riegl entre “monumentos” e “monumentos históricos”. Monumentos, no sentido etimológico da palavra,<sup>5</sup> devem ser entendidos como elementos de rememoração, artefatos-instrumentos da memória, feitos para celebrar fatos, datas, pessoas, ritos, crenças, e são uma constante cultural, aparecendo nos mais diversos grupos humanos ao longo da história. Os monumentos não podem ser assimilados aos monumentos históricos, que são uma construção europeia (amplificada a partir do Renascimento italiano, com raízes na consciência de ruptura entre passado e presente), voltada a bens – tivessem eles ou não sido feitos em sua origem com intenções memoriais, ou seja, fossem eles ou não monumentos intencionais em sua origem –, que, com o tempo, adquiriram significação cultural (CHOAY, 1984; 1995; 2011).

Choay (1995; 2011, p. 13) mostra que desde o século XVII os dicionários franceses apontam para uma mudança semântica, em que o significado memorial de monumento começa a ceder lugar ao caráter de grandioso. Riegl recupera o sentido etimológico e enfatiza que a noção de “monumento histórico” não deve ser associada a obras grandiosas de valor artístico e histórico excepcional, como foi frequente no século XIX, mas se volta a qualquer testemunho do fazer humano, com certa antiguidade, que tem significação cultural. Essa visão alargada de monumento histórico é a presente

<sup>3</sup> Para análise e problematização da autenticidade e integridade nos critérios Unesco ver: LIRA (2010); LORETTO (2016).

<sup>4</sup> Sobre temas relacionados à Carta de Veneza, ver: PANE (2011) e KÜHL (2010). No presente texto são retomados algumas reflexões apresentadas no artigo de 2010.

<sup>5</sup> Que vem do verbo latino *monere*, advertir, chamar a atenção para, fazer observar, com raiz “mem” (da qual deriva também *memini*, ter presente no espírito, recordar-se, lembrar-se de alguma coisa). “Monumento” vem do latim “*monumentum*, *moniméntum* e *moliméntum*, *i*”, aquilo que traz à memória, o que faz lembrar. Ver: Dicionário de Latim-Português, de Antônio Gomes Ferreira, da Porto Editora (1991) e Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.



na Carta de Veneza. É importante lembrar que a preservação como campo temático e o restauro,<sup>6</sup> entendido como a disciplina que se ocupa das intervenções nos monumentos históricos, são fruto de um processo entrelaçado plurissecular, que se expande a partir de meados do século XVIII, num intercâmbio contínuo entre experimentações práticas, elaborações teóricas, propostas normativas, feitura de inventários e releituras críticas das diversas experiências (CHOAY, 2011, p. 22-26). O restauro amadurece seus instrumentos ao longo do século XIX e adquire estatuto epistemológico e se configura como campo disciplinar autônomo no início do XX, em especial com as formulações de Riegl.

A palavra autenticidade aparece na Carta de Veneza tanto no Preâmbulo quanto no artigo 9º. Apesar de seu significado estar implícito nos artigos, a autenticidade não é definida de modo explícito, dando origem a numerosas controvérsias que se avolumaram ao longo dos anos. Esse problema, cujas razões foram bem trabalhadas por Choay (1995), perdura até hoje, não apenas em relação à Carta de Veneza, mas para o âmbito dos bens culturais como um todo. Houve tentativas de dirimir as dúvidas trinta anos mais tarde, nas discussões do Congresso de Nara sobre a autenticidade de 1994, mas visões contrastantes haviam aparecido antes como, por exemplo, num congresso em Paris de 1976. Diversos autores entendiam a autenticidade da Carta de Veneza apenas como autenticidade de efeito, ou de característica das estruturas, por exemplo. Roberto Pane (1976), que havia feito a conferência de abertura do congresso de 1964 em Veneza, manifesta-se veementemente contra esse tipo de interpretação, enfatizando que as ações de restauro devem ser concebidas como “história moderna responsável”, seguindo uma tradição estabelecida de respeito pela obra como transformada ao longo do tempo, em seus aspectos materiais, de conformação e documentais.

Interpretar a palavra autenticidade apenas como autenticidade de efeito ou como busca de um estado original contraria a própria letra da Carta de Veneza que, em seu artigo 3º, enfatiza que as obras devem ser preservadas como obras de arte e testemunho histórico. André Chastel (1977) naquele mesmo congresso de Paris, afirma que as obras devem documentar a si próprias, colocando-se contra qualquer prática de repriminção e reconstruções que, do ponto de vista do monumento histórico são falsificações (Pane 1976). O próprio Pane, em sua conferência de abertura do Congresso de Veneza, reafirmara as exigências culturais e a necessidade do respeito simultâneo pelas instâncias estética e histórica, levando também em conta “fatores psicológicos que são normalmente negligenciados; é exatamente a partir de uma vida comum melhor, que deverão ser baseadas tanto a preservação do patrimônio do passado quanto a criação de novas cidades das quais não deveríamos nos sentir tentados a fugir o mais rapidamente possível” (Pane, 1971, p. 7-8). É aquilo que nomearia de “instância psicológica”. Mostra, porém, que outros fatores podem sobrepujar-se às instâncias estética e histórica, como no caso de Varsóvia:

Naturalmente, no entanto, dizer, contra tudo e todos, que nossas experiências culturais deveriam ter-se imposto, mesmo a custo de esquecer as circunstâncias excepcionais que definiam nossa história atual, não teria nenhum sentido. Desse modo – para citar ainda uma vez um exemplo ilustre – por razões que ultrapassam a de nossas teorias, mesmo que válidas, a face do antigo centro de Varsóvia foi recomposta como antes das destruições nazistas, pois o significado que tinha para a nação polonesa não poderia ser substituído e compensado por aquilo que a arquitetura moderna estaria em condições de oferecer (PANE, 1971, p. 1, tradução minha).

Pane, levando em conta âmbitos socioculturais amplos, admite em casos excepcionais que o restauro, entendido como ato crítico que deve respeitar o documento histórico como transformado no tempo, pode ceder lugar a outros parâmetros. Mas isso não autoriza ninguém a fazer reconstruções indiscriminadamente por que obras foram danificadas de modo traumático. Basta, para isso, ver suas

---

<sup>6</sup> Para uma visão mais abrangente das questões de preservação como transformadas no tempo e da construção do restauro como campo disciplinar, remetendo a extensa bibliografia, ver CARBONARA (1997); CHOAY (2001).



colocações para a Igreja de Santa Clara, em Nápoles, para a qual, mesmo com bombardeio, incêndio e trauma de guerra, preconiza o respeito pelas instâncias estética e histórica (PANE, 1948). Pane examina o organismo como um todo em suas diversas fases, inclusive as devidas a restauros precedentes, colocando esses elementos em relação naquilo que respeita à configuração da obra. A questão que ele coloca é como tornar o conjunto legível, deixando transparecer as várias estratificações, cujas relações foram violentamente alteradas pela guerra, e fazer com que a obra seja simultaneamente antiga e moderna, o que só pode ser alcançado com o uso de recursos criativos. As exceções a essa abordagem que respeita o documento histórico, são voltadas a casos em que a entidade do dano é tamanha que a recomposição se torna justificável como modo de ajudar determinadas comunidades a recompor sua vida psicossocial depois de traumas devastadores.

É importante lembrar ainda que as manifestações de Pane contra reconstruções não são isoladas e ele reiterada vezes se contrapôs a elas, como no caso da Stoa de Átalo em Atenas (PANE, 1987, p. 310-316). O caso de Varsóvia e da Stoa de Átalo são retomados também por Choay, a partir da diferenciação entre monumento e monumento histórico, o que a faz afirmar:

A Stoa de Átalo em Atenas é um falso. Em compensação, a reconstrução ritual do templo de Ise, que será examinada mais adiante, não é uma reconstituição. A reconstrução de Varsóvia após a Segunda Guerra Mundial tampouco o é: não se tratava de uma cópia, mas de um objeto urbano inteiro, que não precisa considerar seu estado civil, que tem o estatuto de monumento ou de memorial e que funda uma identidade.

Resulta dessa análise que, utilizada no sentido deturpado de conformidade material e morfológica a originais fictícios, a noção de autenticidade somente pode funcionar no campo da preservação e da restauração de maneira limitada, de modo marginal e relativo. (CHOAY, 1995, p. 105, tradução minha).

A autenticidade na Carta de Veneza deve, segundo um de seus principais promotores e segundo aquilo que está no próprio texto da Carta (KÜHL, 2010), ser entendida como respeito pela configuração da obra e pela sua materialidade como transformadas ao longo do tempo. Se uma obra é considerada “monumento histórico”, é essa a abordagem que deveria prevalecer, com raras exceções. Existem, no entanto, outras tradições culturais que não dizem respeito a monumentos históricos, aspecto examinado por Choay e tratado a seguir.

### **3. Monumentos, monumentos históricos e as percepções culturais do tempo**

O fato de perdurarem dúvidas em relação ao termo autenticidade levou à discussão da Conferência de Nara de 1994. O Documento de Nara sobre a Autenticidade não se coloca como substitutivo à Carta de Veneza, toma-a por base e, ao mesmo tempo, alarga as discussões, reconhecendo a diversidade cultural e a pluralidade de formas de lidar com o passado (UNESCO-ICCROM-ICOMOS, 1995, p. XXI.). Uma das características da diversidade cultural diz respeito à relação das diferentes culturas com o tempo e com a matéria, algo que raras vezes é discutido em suas implicações mais profundas. Foi isso que Choay (1995) fez ao insistir na diferenciação entre monumento e monumento histórico.

A percepção dos monumentos históricos e da autenticidade, como proposta pela Carta de Veneza, deveria, como dito, ser pautada no respeito pela obra em seus aspectos de conformação, documentais e materiais, como transformados ao longo do tempo. Essa postura é uma construção cultural amadurecida ao longo de muitos séculos e tem relações com um tipo de percepção cultural sobre o transcorrer do tempo, a de um tempo linear, de origem judaico-cristã, diversa da noção de circularidade do tempo (Le Goff, 2013, p. 207-234). Os monumentos históricos são associados a culturas com visão prevalente de linearidade do tempo e por isso não ocorrem em todas as culturas. A percepção cultural do tempo é da maior relevância também por ter repercussões no papel que a materialidade desempenha nas obras. Enquanto em culturas com percepção prevalente de circularidade do tempo a ênfase está nos aspectos cíclicos – por isso o interesse em artefatos que são

refeitos ritualmente –, nas culturas com percepção prevalente de linearidade, a base está na noção de ruptura entre passado e presente, e, portanto, a ênfase nas permanências associadas à sucessão temporal. Essa linearidade deve ser entendida como a de um tempo que não volta atrás, e não como percepção “achatada” de mera sucessão cronológica. Ademais, ela não implica a inexistência de aspectos cíclicos nessas culturas – a exemplo de festas religiosas que se repetem periodicamente. Ademais, o tempo é percebido e explorado de modo diferente nos vários campos, como linguística, filosofia, psicologia, história e história da arte.<sup>7</sup> Do mesmo modo, culturas com visão prevalente de circularidade também têm, por exemplo, objetos rituais em que a permanência da matéria é importante. São relações complexas que têm de ser analisadas de modo aprofundado.<sup>8</sup>

Muitas culturas que se apropriaram da noção de monumento histórico possuem visão cultural prevalente de linearidade do tempo, que não pode ser revivido e revertido e, por isso, o respeito pela matéria que carrega consigo seu transladar. Esse tipo de visão predomina, mas não é a única, em países ocidentais. Não se limita, porém, ao ocidente. Exemplo é o Japão, invocado por Choay (1995 p. 111-114) em que há diferentes aproximações entre o budismo, cujo tratamento de templos se assemelha ao dos monumentos históricos, e o xintoísmo. Existem distintas relações de variados grupos sociais com a noção de temporalidade e, portanto, em relação ao papel da matéria para os bens culturais, inclusive num mesmo país, num mesmo presente histórico; essas nuances devem ser exploradas e jamais simplificadas na busca de respostas fáceis.

No Congresso de Nara foram evidenciadas diferentes aproximações ao problema, pois manifestações culturais pautadas pela noção de circularidade do tempo não eram contempladas pelos postulados da Carta de Veneza, nem, teoricamente, poderiam ser aceitas pelas diretrizes de autenticidade da Unesco então vigentes.<sup>9</sup> Um exemplo é o próprio centro de Varsóvia, inscrito em 1980 na lista do Patrimônio Mundial, apesar de ser uma nova construção do segundo pós-guerra, a partir da retomada de conformação anterior ao conflito. Foram feitos em Nara, de modo legítimo, ainda que tardio, grandes esforços para reconhecer e incluir como patrimônio mundial artefatos que não atendiam aos critérios de autenticidade (.) pois não são “monumentos históricos”, mas importantíssimos “monumentos” e, como tal, deveriam estar na lista com plenos direitos. Daí as numerosas vezes que a reconstrução periódica dos templos Xintó de Ise foi debatida naquele encontro. Choay (1995, p. 111) exprimiu com clareza a característica de “monumento” dos templos de Ise (e não de “monumentos históricos”), pois sua destruição e reconstrução periódicas são necessárias como ato de purificação do local sobre o qual foram edificadas e da matéria de que são feitas.<sup>10</sup> Ou seja, é ato fundado sobre uma tradição religioso-cultural da mais alta importância e é legítima sua postulação a patrimônio mundial.

<sup>7</sup> Existe vasta produção sobre esses temas. Como Bergson (1999), com toda a fortuna crítica do texto e seus desdobramentos no pensamento de outros autores. Para esse tema e bibliografia complementar ver Le Goff (2003) e Didi-Huberman (2017).

<sup>8</sup> Também para a física o tempo adquiriu múltiplas facetas desde Einstein, deixando de ser entendido como uma constante e de ser meramente sequencial, que é o que sugere nossa percepção cotidiana. Ver para esse tema: ROVELLI, 2018, p. 149-150. O tempo deve ser entendido em suas múltiplas complexidades: não existe um presente comum a todo o universo e mesmo localmente o templo flui em velocidades diferentes dependendo de onde se está e da velocidade de deslocamento, apesar de a nossa percepção ser de uniformidade. Rovelli, ao final, afirma: “A visão da realidade é o delírio coletivo que organizamos, evoluiu e se mostrou bastante eficaz para nos trazer ao menos até aqui. Os instrumentos que encontramos para geri-lo e preservá-lo foram muitos e a razão se mostrou um dos melhores. É preciosa. Mas é um instrumento, uma ferramenta que usamos para manusear uma matéria feita de fogo e gelo: de algo que percebemos como emoções vivas e ardentes, que são a essência de nós mesmos. Elas nos levam, nos arrastam e nós as revestimos de belas palavras. Elas nos fazem agir. E alguma coisa delas sempre escapa à ordem dos nossos discursos, porque sabemos que no fundo toda tentativa de organizar sempre deixa algo de fora. E acredito que a vida, esta breve vida, é apenas isso: o grito contínuo dessas emoções que nos arrasta [...]. Às vezes é sofrimento. Às vezes é canto. E o canto, como observou Agostinho, é a consciência do tempo. É o tempo.” (Rovelli, 2018, p.160).

<sup>9</sup> A Convenção do Patrimônio Mundial, adotada pela Unesco em 1972, estabelecia a criação de um Comitê cuja função era definir critérios para inscrição na lista. Em 1977, o Comitê determinou que para a inscrição na lista o bem deveria responder a quatro critérios de autenticidade: desenho, material, execução e ambientação.

<sup>10</sup> Choay (1995, p. 111). Mayumi (1999) esclarece que essa reconstrução ritual de templos Xintó se dá apenas nos templos de Ise, por se dedicar a deusa sol Amaterasu, que se acredita ser ancestral da família imperial.



Raymond Lemaire (1999), relator da Carta de Veneza, lembra que no Congresso que lhe deu origem havia uma percepção quase ingênua de que as premissas que a embasavam teriam um valor universal, apesar de os participantes serem em sua maioria de países ocidentais. Em virtude de uma maior consciência da diversidade cultural surgiram questionamentos, mas o Icomos reiterou a validade da Carta, elaborando documentos de integração e aprofundamento. Lemaire considera que essa atitude “conservadora” da entidade se dá por três motivos: pela Carta conter valores que continuam atuais; pelo fato de muitos membros do Icomos não terem adquirido consciência de outras formas de salvaguarda ligadas a culturas diversas; e pela (quase) unanimidade obtida na Carta de Veneza dificilmente ser conseguida num novo texto, ou, mesmo, no texto revisto. Lemaire reconhece que a Carta não possui valor universal, mas isso não significa que ela tenha perdido valor para muitas culturas. Recomenda, assim, que se trabalhe esse aspecto com prudência e com abertura em relação à concepção dos outros e “sobretudo com grande rigor ético e intelectual” (Lemaire 1999, p. 193).

A revisão crítica promovida pela Unesco em busca de postura mais inclusiva e de acolher a necessária diversidade de manifestações na lista do Patrimônio Mundial resultou na reformulação das Diretrizes Operacionais. Para ser inscrito na lista, o bem continua a dever ter “valor universal excepcional” (“*outstanding universal value*”) associado a critérios de autenticidade e de integridade.<sup>11</sup> A autenticidade, pelos critérios atuais é ligada a: forma e desenho; materiais e substância; uso e função; tradições, técnicas e sistemas de gestão; localização e inserção no espaço; língua e outras formas de patrimônio intangível; espírito e sentimento; outros fatores externos e internos.<sup>12</sup> São critérios complexos e a Unesco continua a se ater à palavra autenticidade sem oferecer a ela uma definição clara.<sup>13</sup> O debate continua a ser feito muitas vezes assimilando monumento a monumento histórico, fazendo com que o uso do termo autenticidade permaneça impreciso.

#### 4. Pela abordagem crítica da autenticidade: proposições de Choay

Choay (1995, p. 106) mostrou na conferência de Nara a dificuldade de trabalhar com a palavra autenticidade, pelas complexas associações que o termo teve ao longo da história, e continua a ter, assumindo diversos significados que variam entre campos disciplinares e de cultura para cultura. Evidencia que uso da palavra nas práticas patrimoniais exige, antes de tudo, crítica epistemológica:

Toda disciplina constituída reclama uma definição unívoca e um questionamento epistemológico dos conceitos que utiliza. Para a disciplina autônoma que designa a si própria como tarefa a proteção, a conservação e a restauração do patrimônio histórico, a noção de autenticidade só pode ser operacional com essa condição. A significação atribuída a essa noção apresenta hoje diferenças consideráveis de acordo com as culturas e com os grupos sociais e profissionais concernidos. Para estabelecer o consenso e a univocidade necessários, é preciso começar por retornar ao sentido original e à história desse conceito na cultura ocidental, que o elaborou e da qual ele foi tomado (Choay, 1995, p. 100, tradução minha).

A partir dessa primeira proposição a autora constrói seu pensamento pela análise da transformação do conceito de autenticidade num longo arco temporal. Depois, enfrenta a noção de autenticidade na Convenção do patrimônio mundial e evidencia que, nela, confunde-se e assimila-se monumento e

---

<sup>11</sup> A autenticidade e a integridade nos critérios Unesco são extremamente complexas e sua análise minuciosa não é objeto deste texto. Para uma abordagem crítica do tema e referências complementares remete-se novamente a Lira (2010) e Loretto (2016).

<sup>12</sup> Os critérios foram revistos diversas vezes e a versão em vigor é de 2021 (UNESCO, 2021, p. 31).

<sup>13</sup> Esse tipo de problema aparece em Muñoz Viñas (2021, p. 90-103), que em seu texto não aprofunda o que foi especificado acima sobre a autenticidade como discutida no campo disciplinar da restauração por alguns autores-chave como Pane, Philippot, Choay e Carbonara (1997; 2018), por exemplo, e nem explora a questão da autenticidade a partir da crítica epistemológica.



monumento histórico. Choay mostra, então, que monumento e monumento histórico parecem ter destinos contrastantes, em que nas sociedades industriais avançadas a fortuna do monumento histórico cresce enquanto a do monumento decresce, o que a leva a questionar a função memorial nas sociedades industrializadas. Examina o caso do Japão, em que há equilíbrio entre a tradição memorial que se perpetua e um quadro associado a monumentos históricos que tem proximidades a cânones ocidentais. Sua última proposição é fundamentada na crítica da simples acumulação conservativa e se desdobra como um manifesto em prol de uma articulação entre patrimônio histórico e memória viva.

Ao examinar as transformações do conceito, Choay considera que a noção de autenticidade foi transferida de modo imprudente ao campo da preservação, apesar de três condições negativas: não provir de uma apreciação subjetiva, mas emanar de uma autoridade institucional, o direito, a igreja e a razão científica; por não se poder associar autenticidade a um único significado (vários concomitantemente, que variam ao longo do tempo); por tentar aplicar esse termo a objetos que se alteram com o tempo (CHOAY, 1995, p. 104). A autora considera que a noção de autenticidade pode, no entanto, ter utilidade prática e preventiva se deixar de ser trabalhada de modo isolado e for articulada com outros conceitos, como a sua antítese, a inautenticidade, no caso de falsos ou cópias deliberadas (CHOAY, 1995, p. 105) e associada a outras noções complexas como original, originário, conservação, reprodução, a partir da análise de uma casuística variada (CHOAY, 1995, p. 106). É necessário, nas discussões sobre o patrimônio cultural, diferenciar, por exemplo, a reconstrução de um “monumento histórico”, que do ponto de vista da construção disciplinar é um falso, da reconstrução ritual de um “monumento” em comunidades que têm uma percepção cultural de circularidade do tempo, ato fundamentado e que deve ser devidamente reconhecido como de interesse cultural, que é a distinção que Choay aponta em relação à Stoa de Átalo e os templos Xintó de Ise.

É preciso deixar de recorrer à palavra autenticidade como subterfúgio para justificar qualquer tipo de ação. A palavra tem sido assimilada alternadamente a conceitos diversos, por vezes conflitantes como “original” e “sincero”, e isso traz mais confusões do que esclarecimentos, recaindo numa frouxidão teórica perigosa quando se trata de preservar testemunhos de interesse cultural. As próprias diretrizes da Unesco poderiam ser mais bem trabalhadas se a palavra autenticidade fosse suprimida e fosse exigido que os bens fossem analisados segundo a qualificação para a própria cultura daqueles mesmos quesitos (forma e desenho; materiais e substância etc.), inter-relacionando-os, sem recorrer ou tentar qualificá-los como autênticos, uma vez que a palavra não é associada a um conceito unívoco.

Mesmo com a alteração dos critérios de autenticidade da Unesco após a Conferência de Nara, as colocações de Choay permanecem válidas; é necessário analisar as especificidades das questões envolvidas e não buscar uma saída a partir de uma suposta autenticidade. Existe uma diferença abissal entre reconhecer as distintas formas das culturas se relacionarem com o tempo e, portanto, também com a matéria, algo diretamente associado à distinção entre monumento e monumento histórico, de uma frouxidão teórica e metodológica que os assimila e constrói justificativas cômodas, ou alterna entre um e outro segundo conveniências momentâneas. Uma visão do tempo não invalida a outra, mas não são intercambiáveis aleatoriamente, por serem ligadas a raízes culturais profundas.

Um problema fundamental permanece: como é possível que num dado campo disciplinar e num mesmo momento histórico, uma palavra não seja associada a um sentido unívoco e seja usada com sentidos até mesmo opostos? Outros questionamentos derivam disso como, por exemplo por que e a quem interessa que permaneça essa cacofonia no campo. Por vezes são feitas novas construções a partir de formas pretéritas de monumentos históricos, denominando-as “reconstruções”, como se fosse possível apagar a existência de fatos em nome da autenticidade dos sentimentos. Ou são feitas transformações radicais invocando uma autenticidade de espírito, por exemplo, com o agravante de



querer fazer com que esses atos passem por preservação de monumentos históricos.<sup>14</sup> Ações como essas, acabam por refazer o passado através de imagens idealizadas e suprimem suas contradições e traumas. Acentuam ademais um caráter icônico, passam por cima da complexidade dos fatos e conduzem a um achatamento e idealização da história em procedimentos que não são inócuos e cujas consequências são graves.

Choay, na última de suas proposições, mobiliza os temas até então expostos para problematizar mais um aspecto: o fato de nas sociedades tecnológicas a competência de edificar estar se perdendo. Mesmo com todos os questionamentos e problemas envolvidos, enfatiza que a conservação do patrimônio tem uma função latente e vital, a de nos ajudar a enfrentar uma crise de identidade. Depois de discutir temas relativos à memória, a autora afirma:

Essa evocação rápida, mas realista, mostra que nossas sociedades técnicas avançadas e, no limite, a sociedade mundial, não somente não sabem mais erigir monumentos, mas também desaprendem a espaçar os edifícios e a articular os cheios e vazios para construir cidades, campos, paisagens. Estamos ameaçados de ver desaparecer uma competência ancestral, hoje extenuada, que pertence aos humanos enquanto corpos dotados de memória: dupla competência de edificar e habitar, no espaço e no tempo, memorialmente e corporalmente. Aceitando essa análise, a questão que se coloca às nossas sociedades é a de decidir, enquanto é tempo, se querem conservar sua competência de edificar. Sejam claros, não se trata de contestar o avanço da técnica, mas de dominá-lo: de assegurar que o surgimento do *homo protheticus* não seja sinônimo de uma perda antropológica maior (CHOAY, 1995, p. 117-118, tradução minha).

A partir dessa colocação, mostra ser necessário parar de indagar as questões patrimoniais de modo obtuso e associar a elas a memória viva; retomar o valor memorial do monumento e do monumento histórico para voltar a adquirir a competência de edificar:

A função memorial que o vasto corpus construído, antigo ou tradicional, pode, somente ele, preencher graças à sua escala, às suas articulações, suas proporções e seus espaçamentos é a remobilização de nossa competência de edificar e de habitar no espaço e no tempo. Só o desdobrar desta competência nos poderá permitir inventar as novas formas de assentamento humano e novas unidades de paisagem, suporte de uma urbanidade e de uma ruralidade novas, suscetíveis de se oporem à contínua desagregação das cidades e campos. Numa palavra, o patrimônio histórico construído concerne, daqui em diante, prioritariamente, igualmente e com a mesma urgência, a memória viva de todos os povos. E é somente ela que, em matéria de patrimônio, poderia conceder um uso legítimo à noção de autenticidade (CHOAY, 1995, p. 118, tradução minha).

Em suma, a partir da necessidade de readquirirmos a competência de edificar, de inserir as construções na paisagem e de habitar, Choay evidencia a pertinência de reativar a memória viva de todos os povos e, a partir disso, trabalhar com a noção de autenticidade.

## 5. Considerações finais: o restauro, a matéria e o tempo

Tudo aquilo que foi discutido por Choay, assim como a forma como constrói seu raciocínio evidencia que o restauro, como campo disciplinar e como atividade prática, volta-se a monumentos históricos e não pode ser aplicado indistintamente a monumentos que não são monumentos históricos. Mas, por exemplo, os instrumentos do restauro podem ser mobilizados para refletir sobre questões relacionadas a objetos rituais em grupos sociais com apreensão prevalente do tempo de circularidade, cujos instrumentos, por sua vez, podem ser usados para tornar mais complexas questões relativas a monumentos históricos, desde que isso seja feito de modo crítico e fundamentado, como enfatiza

<sup>14</sup> Sobre esses temas, as contribuições de Ascensión Hernández Martínez (2019) são de grande interesse.



Choay. Os instrumentos do restauro são úteis ainda para tratar do complexo construído de modo abrangente, e não apenas literal-restritivo, abarcando conjuntos urbanos e a paisagem<sup>15</sup>, por oferecer recursos para pensar criticamente essas questões.

Os monumentos históricos trazem consigo traços e dados da maior importância; possuem, como evidencia Doglioni (2008, p. 191-205), uma intrínseca qualidade e capacidade narrativa que pode ser analisada de distintas maneiras ao longo do tempo. Por isso, a capacidade narrativa e a articulação material devem ser conservadas. A reflexão sobre o papel do transladar da matéria no tempo tem longa tradição em algumas culturas e pode ser vista em vozes variadas ao longo da história. Tem ainda relação com o problema sempre atual da pátina.<sup>16</sup> Essa sensibilidade ressoa nos dias de hoje em diversos autores, como Ermentini, que afirma:

[...] o estado de fragilidade, de degradação inevitável com o transcorrer do tempo torna os nossos monumentos verdadeiros testemunhos feridos de nosso passado. Trata-se, portanto, de saber aceitar o tempo, que é talvez o verdadeiro elemento da vida. Assim, os edifícios do passado constituem os verdadeiros testemunhos materiais da nossa história, com suas alterações, modificações, estratificações (Ermentini, 2020, p. 133, tradução minha).

A Carta de Veneza tem largueza suficiente para permitir que seja interpretada de modo válido, mesmo com a ampliação daquilo que passou a ser considerado monumento histórico. Conservar as obras em seus aspectos materiais, de conformação e documentais não significa que as formas de apreensão e outros fatores devam ser ignorados, mas, sim, que as questões ético-culturais que motivam a preservação devem ser as norteadoras para a solução dos conflitos e embates que sempre existiram e sempre existirão no enfrentamento dos monumentos históricos. Isso torna necessário indagar como os múltiplos fatores estão consubstanciados na matéria e na conformação da obra como transformadas pelo tempo, que deve ser pensado na longa duração. Se os monumentos históricos são portadores de informação e conhecimento e de aspectos memoriais e simbólicos, não é permitindo sua destruição e deformação que serão preservadas a memória e o conhecimento. O fato de a reflexão contemporânea colocar em xeque, de modo legítimo, a universalidade da noção de monumento histórico e questionar a palavra autenticidade, não significa invalidar aquilo que foi construído no campo disciplinar do restauro; significa, ao contrário, a necessidade de aprofundar os questionamentos.<sup>17</sup>

Não se deve recair em simplificações ao lidar com as formas como as diversas culturas apreendem o tempo. É necessário também entender o tempo do restauro com suas complexidades, em que o presente carrega consigo o passado e o futuro. Ou como colocara Agostinho:

Mas talvez pudéssemos dizer apropriadamente 'existem três tempos: o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes, o presente das coisas futuras'. Pois os três estão de alguma maneira na alma e eu não os vejo em outro lugar: o presente das coisas passadas é a memória, o presente das coisas presentes é o olhar, o presente das coisas futuras é a expectativa (AGOSTINHO 20, § 26, p. 43-44).

É a partir da compreensão da complexidade do tempo, em suas relações com a matéria, que o restauro estabeleceu suas premissas. Por isso, no restauro não se volta ao passado: o bem está numa dada situação e é transformado no presente, para o presente, respeitando os elementos estratificados em sua trajetória, e mantendo, sempre, o futuro no horizonte de suas reflexões.

As formulações teóricas sobre o restauro devem sempre ser tratadas a partir de exercício crítico filológico, como enfatizam Hernández Martínez (2019) e Varagnoli (2010), para evitar recair numa

<sup>15</sup> A exemplo de Brandi (2004, p. p. 68-69; 106-107) que amplifica a sua proposição para a paisagem e conjuntos urbanos.

<sup>16</sup> Sobre a pátina e a importância das superfícies existe abundante literatura. Ver, por exemplo, PHILIPPOT (1966).

<sup>17</sup> Para esse tema e referências bibliográficas ver CARBONARA (2018) e KÜHL (2018, p. 60-115). Para o aprofundamento da materialidade e o tempo numa reflexão ampla sobre preservação e para bibliografia complementar, ver CARSALADE (2018).



dimensão vazia e autorreferencial. Preservar não é congelar: é processo que implica, necessariamente, transformações que se valem das experiências passadas relidas criticamente e isso diz respeito também aos referenciais teóricos. Choay demonstra que é essencial refletir sobre as questões envolvidas com a autenticidade, entender o que está realmente em jogo, para aprofundar o tratamento dos problemas e essa é lição de grande valia.

## 6. Agradecimentos

O presente trabalho é realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bolsa produtividade.

## 7. Referências

AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões. Livro XI*. Tradução de Cristiane Abbud Ayoub e Moacyr Novaes. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, s.d. Disponível em: <https://bit.ly/33hPVX7>. Acesso em: 30 set. 2020.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2004.

CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro*. Napoli: Liguori, 1997.

CARBONARA, Giovanni. È proprio necessaria una 'nuova teoria' del restauro? Considerazioni sul volume de Salvador Muñoz Viñas. *Opus: quaderno di storia architettura restauro disegno*, Pescara, n. 2, p. 163-180, 2018.

CARSALADE, Flavio de Lemos. *Pedra e o tempo: a arquitetura como patrimônio cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

CARTA de Veneza: carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos históricos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 106-107, 1987.

CHASTEL. Restauration et avenir du patrimoine. *Les Monuments historiques de France*, Paris, numéro hors-série, p. 102-108, 1977.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

CHOAY, Françoise. A propos de culte et des monuments. In: RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments*. Son essence et sa genèse. Paris: Seuil, 1984, p. 7-20.

CHOAY, Françoise. Introduction. In: GIOVANNONI, Gustavo. *L'urbanisme face aux villes anciennes*. Paris: Seuil, 1998, p. 7-32.

CHOAY, Françoise. *Patrimonio e globalizzazione*. Firenze: Alinea, 2012.

CHOAY, Françoise. *O Patrimônio em questão*. Antologia para um combate. Tradução de João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHOAY, Françoise. Sept propositions sur le concept d'authenticité et son usage dans les pratiques du patrimoine historique. In: UNESCO; ICCROM; ICOMOS. *Nara Conference on Authenticity*. Paris: UNESCO, 1995, p. 101-120.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo*. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

DOGLIONI, Francesco. *Nel Restauro: progetti per le architetture del passato*. Venezia: Marsilio, 2008.

ERMENTINI, Marco. La risposta di Ulisse a Calipso. In: ESPOSITO, Daniela; MONTANARI, Valeria



(orgs.). *Realtà dell'architettura fra materia e immagine*. Per Giovanni Carbonara: studi e ricerche. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2020, p. 133-134.

HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Ascensión. Un mundo de clones? La fascinación posmoderna por la reconstrucción arquitectónica. *Gremium*, Ciudad de México, v. 6, n. 11, p. 80-92, 2019.

ICOMOS-Wallonie. *La Charte de Venise 30 ans plus tard*. Namur: ICOMOS-Wallonie, 1994, p. 74.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2Gci3Cg>. Acesso em: 20 set. 2020.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. 2. ed. Cotia: Ateliê: Fapesp, 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LEMAIRE, Raymond. Authenticité et patrimoine monumental. *Restauro*, Napoli, n. 129, p.7-24, 1994.

LEMAIRE, Raymond. *Icomos: un regard en arrière, un coup d'œil en avant*. Liège: Commission Royale de Monuments et Sites, 1999.

LIRA, Flaviana B. *Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento*. Recife: EdUFPE, 2010.

LORETTO, Rosane Piccolo. *As [Des]venturas da Integridade no Patrimônio Mundial*. 2016. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAGAR, Valerie (Org.). *Conversaciones... con Françoise Choay*. México DF, n. 10, 2020. Número Monográfico.

MAYUMI, Lia. *Monumento e autenticidade*. Dissertação (Mestrado). 1999. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MUÑOZ VINÁS, Salvador. *Teoría contemporánea de la restauración*. Madrid: Síntesis, 2004.

PANE, Andrea. *Drafting of the Venice Charter: historical developments in conservation*. Dublin: Icomos Ireland, 2011.

PANE, Roberto. *Attualità e dialettica del restauro*. Chieti: Marino Solfanelli, 1987.

PANE, Roberto. Conférence introductive. ICOMOS. *Il monumento per l'uomo. Atti del II Congresso Internazionale del Restauro. Venezia 25-31 maggio 1964*. Padova: ICOMOS - Marsilio, 1971, p. 1-12.

PANE, Roberto. Il convegno di Parigi sulla Carta di Venezia: interventi e note critiche di Roberto Pane. *Restauro*, Napoli, n. 27, p. 105-108, 1976.

PANE, Roberto. Il restauro dei Monumenti e la Chiesa di S. Chiara in Napoli. In: PANE, Roberto. *Architettura e arti figurative*. Venezia: Neri Pozza, 1948, p. 7-20.

PHILIPPOT, Paul. La notion de patine et le nettoyage des peintures. *Bulletin de l'Institut Royale du Patrimoine Historique*, Bruxelles, v. 9, p. 138-143, 1966.

ROVELLI, Carlo. *A ordem do tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

UNESCO. The Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, 2021. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/>. Acesso em: 14 Fev. 2023.

VARAGNOLI, Claudio. *Giovannoni nella casa natale di Croce; con alcune riflessioni sull'eredità di*



Roberto Pane. In: CASIELLO, Stella; PANE, Andrea; RUSSO, Valentina (Orgs.). *Roberto Pane tra storia e restauro: architettura, città, paesaggi*. Venezia: Marsilio, 2010, p. 138-142.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália; LIRA, Flaviana. Há algo a temer na “Teoria da Restauração” de Brandi? O mito paralisante do medo. *Paranoá*, Brasília, n. 25, p. 83-93, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2HLEkaz>. Acesso em: 30 set. 2020.

### **Beatriz Mugayar Kuhl**

Professora Titular (2017) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, instituição na qual ingressou como professora em 1998. Tem graduação em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP (1987), mestrado pela Katholieke Universiteit Leuven (1992), Bélgica, doutorado pela FAUUSP (1996) e pós-doutorado na Sapienza Università di Roma (2001; 2005). Coordenou um dos eixos de investigação do Plano de Conservação Preventiva para o Edifício Vilanova Artigas (FAUUSP), programa Keeping It Modern - Getty Foundation (07.2015-03.2018). Foi chefe de Departamento (AUH-FAUUSP) de novembro de 2015 a novembro de 2019. Fez parte dos grupos de trabalho da USP - inicialmente Grupo de Trabalho Museu Paulista 2022, posteriormente Comitê Gestor do Museu do Ipiranga 2022- com vistas à reabertura do Museu do Ipiranga (2016-2022). Dedicou-se a disciplinas de preservação de bens culturais, tanto na graduação quanto na pós-graduação. As pesquisas abordam questões teóricas e metodológicas da restauração, com especial interesse pelo patrimônio industrial. Tem vários livros publicados - entre eles *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo* (São Paulo, Ateliê/FAPESP/SEC, 1998), *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização* (Ateliê/FAPESP, 2009, 2ª ed. 2018) – assim como artigos.

**Como citar:** KUHLE, Beatriz M.. Françoise Choay: proposições sobre a autenticidade. *Paranoá*. n.35, ago/dez 2023. DOI 10.18830/issn.1679-0944.n35.2023.05.

**Editores responsáveis:** Elane Ribeiro Peixoto, Ana Clara Giannecchini e Priscilla Peixoto.